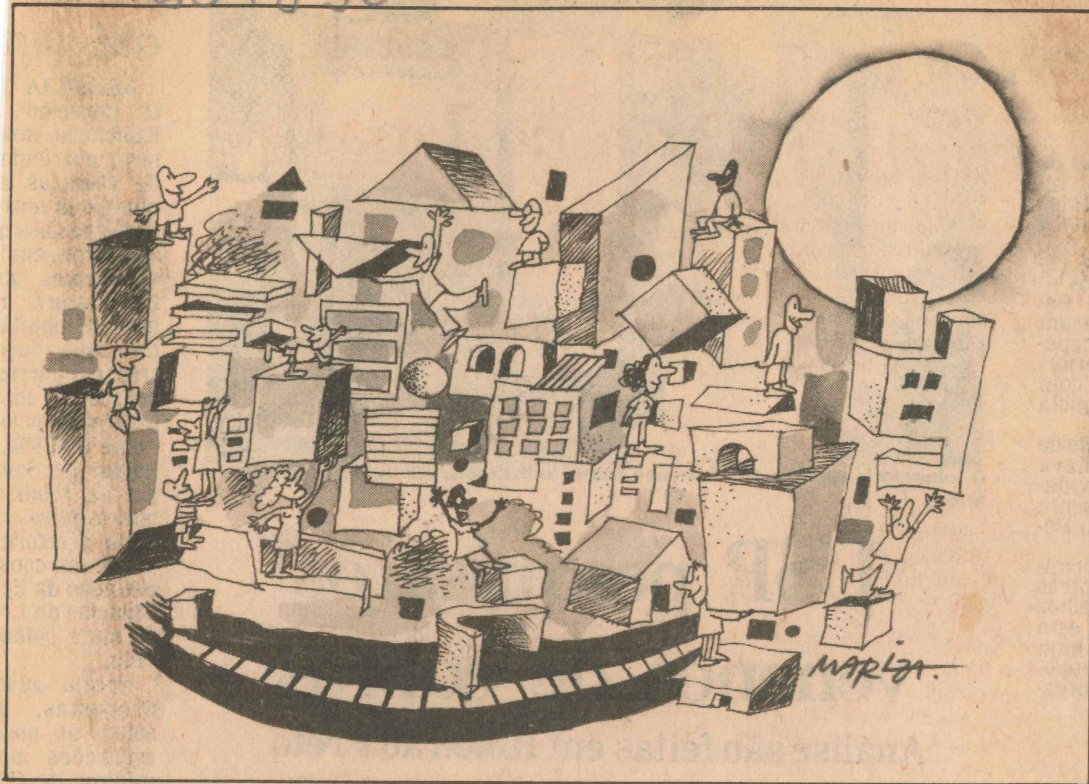


A "Folha" e as respostas da sociedade à crise

A107890



Para lembrar

“Uma das melhores formas de conscientizar, é mobilizar uma comunidade.”

Valdemar Paioli

pres. da Associação Paulista de Proteção à Natureza

“Folha”, 22.1.1981

Prefeitos vão relatar suas experiências

ISA CAMBARÁ,
da Sucursal do Rio

Cinco prefeitos, que desenvolvem trabalhos em conjunto com as comunidades de suas cidades, reuniram-se anteontem no Rio, para discutir a realização de um seminário, no qual transmitirão suas experiências a milhares de governantes de outras cidades. O tema do seminário — organizado pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade) — será “Município, participação popular e democracia”. Para a reunião de anteontem foram convidados dez prefeitos, mas compareceram apenas os de Lajes (Dirceu Carneiro) e Joinville (Luís Henrique da Silveira), em Santa Catarina, e os de Itaperuna (Orlando Tavares), Rezende (Noel de Carvalho Neto) e Cabo Frio (José Bonifácio Ferreira), no Rio de Janeiro. O seminário será realizado no final de outubro, no Rio de Janeiro.

Segundo os organizadores do encontro, as experiências mais importantes na área comunitária foram as realizadas pelas prefeituras de Lajes e de Joinville. O prefeito de Lajes, Dirceu Carneiro, do PMDB, fez longa exposição sobre o seu programa. Na sua opinião, um dos projetos mais importantes da Prefeitura é o que pretende fixar o homem do campo em seu meio, evitando o êxodo rural.

Com esse objetivo, foram desenvolvidos vários programas. Nas escolas da zona rural, por exemplo, foram abolidas as cartilhas, que, na opinião do prefeito, não tinham nada em comum com a realidade do campo, criando na criança uma expectativa de vida urbana. Agora, elas são alfabetizadas através de apostilas, que falam de problemas específicos de cada região. Segundo Dirceu Carneiro, o ensino na zona rural incentiva o respeito à ecologia, ensinando, inclusive, a multiplicar árvores nativas para reflorestamento.

“Criamos na criança um compromisso com a terra. Na escola, ela fica sabendo que a cidade não vive sem o campo, mas o campo pode viver muito bem sem a cidade.”

Dirceu Carneiro citou, também, a criação do “agente de saúde”, na zona

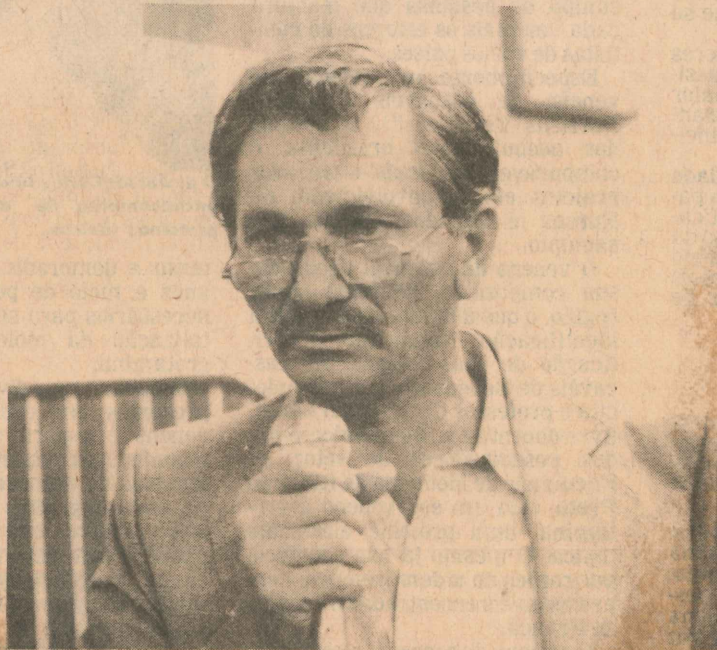
A cidade da democracia

Boa Esperança prova que poder e povo podem atuar juntos

HELÔ CAPONI

“Estou fazendo cicatrizar uma ferida. Como todo homem do meio rural, tinha sofrido muita humilhação e sentia raiva em ver tanta coisa errada sendo feita. Quando fui para a Prefeitura, resolvi colocar em prática aquilo que achava certo. Mas sou apenas um “Telê Santana”. Os jogadores são os habitantes de Boa Esperança”.

Amaro Covre, prefeito pelo PDS de Boa Esperança, no Espírito Santo, mostrou, com esta afirmação, como teve a idéia de fazer uma administração popular aos participantes do curso Urbanização, Classes Populares e Participação: Poder Local e Democracia, que vem sendo realizado pelo Instituto de Planejamento Regional e Urbano (Urplan), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). O prefeito relatou, anteontem, a experiência daquela cidade, afirmando que pretende deixar a política partidária para continuar o trabalho comunitário. “Do PDS sou apenas o D e o S. Para continuar



“Do PDS sou apenas o D e o S”, diz Amaro Covre.

Soluções da comunidade

alho comunitário. "Do PDS sou apenas o D e o S. Para continuar meu trabalho vou precisar de "gregos e troianos" e a filiação partidária atrapalharia muito. Além disso, não troco o Conselho Popular pela Prefeitura. O Conselho é mais poderoso."

Sem o vínculo partidário, Amaro Covre pretende, num primeiro momento, testar o trabalho realizado em Boa Esperança, sentindo como se comportará a cidade com outro Prefeito; tentará também estender, a todo o Estado do Espírito Santo, as formas encontradas pela população de Boa Esperança, para solucionar seus problemas.

A EXPERIÊNCIA

Boa Esperança, em 344 quilômetros quadrados de área e uma população estimada de catorze mil habitantes, foi desmembrada do município de São Mateus, em 1963. Daquela época até 1970, quando ainda tentava firmar-se como município, ocorreu um erradicação dos cafezais. Como os agricultores, acostumados com aquela monocultura, ignoravam a exploração de outras, a economia do município ficou reduzida a dezoito mil cabeças de gado de corte e à exploração da madeira que ainda restava. "O comércio foi reduzido a um bar, uma casa de secos e molhados e duas lojinhas de tecidos", lembrou Amaro Covre.

A situação era tão crítica, que o Tribunal de Contas do Estado já pensava na extinção do município, por falta de viabilidade econômica. Foi esta a situação que Amaro Covre encontrou ao assumir a Prefeitura, para o biênio 1971/1972.

"Era uma situação de calamidade pública, afirmou ele. Saíram do município dez caminhões "paus de arara" por mês, conduzindo famílias para outros Estados. Até eu mesmo já estava pensando em mudar".

Inconformado com a situação, resolveu colocar em prática suas idéias, iniciando um trabalho que sofreu paralisação de 1973 a 1976, quando deixou o cargo, mas ele foi reeleito em 1978.

Basicamente, o trabalho comunitário desenvolveu-se a partir da divisão geográfica do município e da criação das comunidades de base e dos centros de irradiação. Para cada raio de três quilômetros dos centros de irradiação — o distrito de Sobradinho e as agrovilas Quilômetro Vinte, Santo Antônio e Bela Vista — foi construída uma escola, sendo, cada uma delas, uma comunidade.

SOLUÇÕES

A cada dois meses, todas as famílias da comunidade reúnem-se para discutir seus problemas e apresentar soluções. Relatadas em atas, as conclusões são levadas para debate em mesa-redonda, no Centro de

Soluções da comunidade

"A discussão hoje não é se Boa Esperança é viável. Boa Esperança mostrou que é. A discussão deve ser, baseando — nos nesta experiência, se o Brasil é viável" — afirmou Maurício Tragtemberg, professor de Política na PUC, Fundação Getúlio Vargas e Universidade de Campinas (Unicamp), também presente no seminário realizado anteontem na PUC.

Ele contou que a primeira experiência de participação popular no Poder Público que conheceu foi a de Lajes, Santa Catarina. "Ouvi dizer que havia uma republiqueta socialista em Santa Catarina. Achei que deveria ser coisa boa e fui conhecer. Acabei escrevendo o livro "A luz vem de Lajes". Mais tarde fui conhecer o trabalho de Amaro Covre, em Boa Esperança. Hoje escreveria: "A luz vem de Lajes e de Boa Esperança".

Para Maurício Tragtemberg, as duas cidades acabaram com a ideologia da nulidade popular. "Conseguiram eliminar o estigma de que o "caipira" é um burro. Ele é um explorado e oprimido e a exploração e a opressão emburrecem qualquer um."

Irradiação, também em reuniões realizadas a cada sessenta dias. "Além dos líderes, o encontro reúne o prefeito, assessores, gerentes de bancos, juiz e outras pessoas ligadas à vida da população. E todos "molham a camisa" porque a sabatina é "feia." Se existe um problema que não está sendo resolvido, tem que haver um porquê", diz Amaro Covre.

Os Centros de Irradiação, segundo o prefeito de Boa Esperança, têm o objetivo de fazer com que as famílias possam viver em sociedade e que o homem do campo viva "como gente". Assim, ele deve possuir tudo o que as comunidades que convergem para ele necessitam. "Atualmente ninguém ainda mais do que três quilômetros para estudar, para ter atendimento médico, ou mesmo encontrar formas de lazer e tudo o mais para viver condignamente."

As decisões tomadas nos Centros de Irradiação são encaminhadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, composta pelos líderes das comunidades e pelos representantes de todas as entidades, órgãos e associações. Reunindo-se duas vezes por mês, o Conselho objetiva congrega esforços para acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do município. É nele que se estuda a realidade da cidade, selecionando, elaborando e executando os programas.

O professor de política vê algumas diferenças nas duas experiências, destacando que a de Boa Esperança, em alguns pontos é mais interessante do que a de Lajes. Isto porque, na cidade capixaba, o povo é quem apresenta as soluções, enquanto que na de Santa Catarina, embora propostas sejam aprovadas pela população, muitas vezes ainda são frutos do trabalho do Poder Público. Também mostrou que, em Boa Esperança, os vereadores e prefeito votam como membros da comunidade. "Lá, cargo político e legenda partidária não têm sentido algum."

Lembrando os autores clássicos da economia política, Maurício Tragtemberg mostrou que Amaro Covre não fez nada mais que mobilizar e converter a cooperação no trabalho produtivo. "Em Boa Esperança vi uma motivação para o trabalho que raramente encontrei na vida. E o importante é que a motivação não é do dinheiro pelo dinheiro, como estamos acostumados. Ela se fundamenta no sentido social, de trabalho pela comunidade."

SITUAÇÃO ATUAL

"Atualmente, dos 53 municípios do Espírito Santo, superamos 23 em arrecadação de ICM. Estamos com doze milhões de pés de cafés, 33 mil cabeças de gado e produzimos 26 mil litros de leite. Até o final do ano, vamos implantar uma destilaria de álcool comunitária. Hoje, Boa Esperança é um município viável economicamente", diz o prefeito.

O êxodo rural também acabou: "Atualmente são os pequenos proprietários que expulsam os latifundiários e a cidade enfrenta um novo problema: está necessitando de cerca de quatro mil homens para trabalhar nas lavouras."

Amaro Covre pretende introduzir o mesmo esquema utilizado em Boa Esperança, em todo o Espírito Santo, fazendo com que os municípios passem a ser as comunidades e Vitória, a capital do Estado, o centro de irradiação.

"Estive reunido, tempos atrás, com sessenta comunidades de Nova Iguaçu. Mas elas estão tendo problemas pois lhes falta apoio. É um trabalho isolado. Se o governo aceitasse, a população poderia ajudar a encontrar muitas soluções" — enfatizou ele.

O prefeito de Boa Esperança contou também que, no início do seu trabalho, e ainda hoje, recebe pressões para abandonar tudo. "Fomos até visitados por agentes do DOPS. Mas eles saíram de lá entusiasmados."

Dirceu Carneiro citou, também, a criação do "agente de saúde", na zona rural para atender às necessidades sanitárias das regiões. Cada comunidade elege seu agente de saúde, que é encaminhado à cidade onde é treinado pela Secretaria de Bem-Estar Social. Em seguida, retorna à comunidade e transmite os ensinamentos que aprendeu, além de ficar responsável pelas condições sanitárias do local. Duas vezes por semana, médicos da Prefeitura visitam a zona rural.

O programa habitacional de Lajes também foi explicado pelo prefeito. Segundo ele, já foram construídas mais de quatrocentas casas numa área de trezentos mil metros quadrados, na periferia da cidade, para atender à população mais carente. A Prefeitura cede o terreno e dá orientação arquitetônica, mas o proprietário é responsável pela construção da casa. Quem não tem recursos para comprar tijolos, pode fabricá-los na cerâmica construída para esse objetivo, pela Prefeitura.

O prefeito de Joinville, Luis Henrique da Silveira, também do PMDB, falou sobre a participação popular no seu programa. Para ele, é fundamental o envolvimento das comunidades na discussão e solução dos problemas, "pois a participação popular não só conduz à democratização do governo, como compensa, em muitos casos, a carência de recursos". O objetivo do prefeito de Joinville é evitar que as decisões saiam de gabinetes, "já que o governante deve ser um executor da vontade popular. O prefeito falou sobre os programas comunitários, que envolvem medicina, educação, recreação e financiamento de terrenos populares.